

## PAINEL TEMÁTICO

### PANDEMIA E VULNERABILIDADES: TERRITÓRIOS, (DES)EMPREGO E POLÍTICAS

#### **DESEMPREGO, PRECARIIDADE LABORAL E DESIGUALDADES SOCIAIS: IMPACTOS DA PANDEMIA NO MERCADO DE TRABALHO EM PORTUGAL E NA EUROPA**

**Inês Tavares (Observatório das Desigualdades, CIES-Iscte)**

**Ana Filipa Cândido (Observatório das Desigualdades, CIES-Iscte)**

**Renato do Carmo (ISCTE-IUL/CIES-Iscte)**

**Jorge Caleiras (ISCTE-IUL/CIES-Iscte)**

Em 2020, o primeiro ano em que se verificam as repercussões da pandemia Covid-19, a taxa de desemprego inverteu a tendência de decréscimo verificada nos últimos anos. Os jovens, com 34 ou menos anos, foram particularmente afetados pelo aumento do desemprego. Portugal era o quinto país europeu com maiores níveis de trabalho temporário involuntário e o sétimo com mais jovens a trabalhar em part-time por falta de alternativa. Neste quadro, os principais indicadores apontam no sentido da generalização do problema do desemprego e da precariedade laboral, fenómenos ainda mais evidentes na população jovem. A presente comunicação aprofunda a análise acerca do desemprego e precariedade laboral durante a pandemia. Considerando as dinâmicas gerais do desemprego, pretende-se compreender os impactos da crise pandémica no mercado de trabalho em Portugal e na Europa, com principal foco na população jovem. Tendo como base dois estudos elaborados pelo Observatório das Desigualdades, exploram-se as dinâmicas do desemprego, do emprego e da precariedade laboral, tanto nos jovens, como da população total (e na sua comparação), considerando a sua evolução e o efeito que a pandemia assumiu nas tendências mais recentes. Os indicadores analisados são diversos, desde a taxa de desemprego à subutilização da força de trabalho, passando pelo trabalho voluntário e involuntário temporário e parcial, tendo em consideração o escalão etário, o sexo e o nível de escolaridade, numa perspetiva comparativa entre Portugal e os restantes países da União Europeia.

#### **O TRABALHO AQUI E AGORA: CRISES, PERCURSOS E VULNERABILIDADES NO MERCADO DE TRABALHO EM PORTUGAL**

**Isabel Roque (CES-Universidade de Coimbra)**

**Rodrigo Viera de Assis (ISCTE-IUL/CIES\_Iscte)**

**Renato Miguel do Carmo (ISCTE-IUL/CIES-Iscte)**

**Jorge Caleiras (ISCTE-IUL/CIES-Iscte)**

Após a crise financeira de 2008 foram adotadas medidas de estímulo ao emprego em Portugal que contribuíram para a normalização do estado de exceção financeira no país, sobretudo através do aumento dos contratos temporários, do “falso” trabalho independente e da informalidade. A difusão do padrão flexível de uso do trabalho produziu, além do aumento do desemprego, mau emprego, ou seja, formas precárias de emprego pautadas por incertezas e inseguranças, muitas vezes definidas pela ausência de contrato de trabalho e sem proteção social. A pandemia acentuou estas situações. Apesar da recuperação parcelar posterior, ocorrida até 2019, o impacto da crise pandémica expôs um conjunto de vulnerabilidades não resolvidas no período anterior. Trabalhadores de diferentes setores, (“turismo”, restauração, alojamento, artes e espetáculos, plataformas digitais) viram-se confrontados com um cenário de exclusão do mercado de trabalho, e em risco de cair em situações de pobreza, devido à perda de rendimento (desemprego, agravamento da precariedade, inacessibilidade a apoios estatais). Nesta comunicação, baseada num estudo qualitativo recentemente concluído, analisa-se a condição social, económica e existencial de uma amostra de indivíduos em situação laboral marcada pela instabilidade contratual, por formas recorrentes de desproteção social e pela incerteza na vivência do quotidiano. Entre 2019 e 2020,

foram realizadas 53 entrevistas aprofundadas a trabalhadores nacionais e imigrantes de diferentes setores de atividade. O objetivo foi o de compreender os seus percursos de participação no mercado de trabalho, na relação com a Segurança Social, distinguindo-os a partir dos níveis de proteção e da forma como procuram lidar com as fragilidades da sua condição. O resultado indica que o “agora” é vivido a partir de percursos cumulativos de vulnerabilidade social e de precariedade laboral, e que o “aqui” é constituído por dinâmicas contraditórias do mercado de trabalho.

## **VULNERABILIDADES TERRITORIAIS, PANDEMIA E EMPREGO: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA SOBRE PERFIS SOCIOECONÓMICOS MUNICIPAIS E IMPACTOS DA COVID-19 EM PORTUGAL**

**João Ferrão (Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais)**

**Hugo Pinto (CES, Universidade de Coimbra)**

**José Maria Castro Caldas (CES, Universidade de Coimbra & COLABOR)**

**Renato Miguel do Carmo (ISCTE-IUL/CIES-Iscte)**

A pandemia originou um conjunto de impactos de diferentes magnitudes no território. Esta comunicação, decorre de um artigo submetido a uma revista científica, e apresenta uma abordagem exploratória para compreender como a existência de determinadas vulnerabilidades no momento pré-crise conduziu a diferentes impactos nos territórios em Portugal. Partindo da escala municipal, a análise define uma tipologia de territórios vulneráveis em função dos graus de exposição e suscetibilidade que apresentam, e compara os distintos grupos de municípios dessa tipologia com os impactos territoriais da crise pandémica em termos das dinâmicas de desemprego. Os resultados atestam a existência de vulnerabilidades acrescidas em territórios muito dependentes do turismo e dos que integram áreas metropolitanas, cujas estruturas socioeconómicas redundaram em situações de maior crescimento do desemprego em 2020. O artigo tem implicações para a reflexão sobre vulnerabilidade territorial, resiliência e políticas públicas para transformar a economia portuguesa no período pós-pandemia.

## **CRISES, (DES)PROTEÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS: UM OLHAR EM PERSPETIVA**

**Jorge Caleiras e Renato do Carmo (ISCTE-IUL/CIES-Iscte)**

Numa perspetiva crítica discutem-se as principais linhas de orientação das políticas de emprego e de proteção, bem como a sua articulação ao longo das últimas cinco décadas em Portugal. O foco é colocado em dois momentos mais recentes: a crise financeira de 2008 e a crise pandémica em curso. Do ponto de vista metodológico, são tidos em conta diversos enquadramentos macroeconómicos, institucionais e políticos, e é desenvolvida uma análise das alterações nas políticas e do modo como elas se intersectam ou afastam entre si. Para ajudar a compreender os sentidos das mudanças, optou-se por uma estratégia plural, capaz de diagnosticar uma multiplicidade de informações de diversas fontes. Os resultados apontam num duplo sentido. Numa perspetiva do tempo longo, apesar de o quadro evolutivo ser marcado mais por continuidades do que propriamente por grandes disrupções, o período é atravessado por momentos de tensão e alternância entre políticas, e pontuado por dois movimentos com sentidos distintos: um movimento no sentido do progresso social e outro no sentido do retrocesso social. Estes movimentos, oscilantes, mas não necessariamente cronológicos, podem coexistir nos mesmos ciclos e legislaturas. Numa perspetiva do tempo curto, a resposta dada às duas crises foi diferente e os resultados também. O país respondeu melhor à crise pandémica que à crise financeira. Se as respostas condicionadas pelo “programa de ajustamento” (e pelo programa de governo) conduziram a um afundamento económico e social, que se manifestou num aumento brutal do desemprego, com a estratégia adotada para combater a atual crise, isso não aconteceu, pelo menos na dimensão que seria previsível. As políticas contam. Contudo, o pós-crise que se segue é incerto, tal como o processo de recuperação.